

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.527 - PB (2016/0080900-1)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**RECORRIDO : ADUFPB/SEÇÃO SINDICAL**  
**ADVOGADO : FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA LEITE E OUTRO(S) - PB011806**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. REAJUSTE DE 28,86%. VEDAÇÃO DA COMPENSAÇÃO COM OS REAJUSTES PREVISTOS NAS LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES: DETERMINAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS NÃO ATENDIDA. SENTENÇA ILÍQUIDA. INFRINGÊNCIA AOS ARTS. 1º E 2º DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.704/1998 E 467, 474 E 741, VI DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Universidade Federal da Paraíba, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF contra acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional da 5ª Região, assim ementado (fls.

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE 28,86%. VEDAÇÃO DA COMPENSAÇÃO COM OS REAJUSTES PREVISTOS NAS LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES: DETERMINAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS NÃO ATENDIDA. SENTENÇA ILÍQUIDA.

1. Apelações interpostas pela UFPB e ADUFPB visando à reforma da sentença que julgou os embargos à execução opostos pela UFPB.
2. O magistrado "a quo", ao atribuir efeitos infringentes aos embargos de declaração opostos pela ADUFPB, determinou a nulidade da sentença e a elaboração de novos cálculos, desta feita, observando o entendimento sobre a matéria consubstanciado na decisão do REsp nº 1.235.513/AL.
3. Os autos não chegaram a retornar à Contadoria, porquanto a interposição das apelações forçou a remessa do caderno processual a esta Corte.
4. Decisão que padece de iliquidez, porquanto não foram efetuados novos cálculos, tal como determinado na sentença que julgou os embargos de declaração. Ademais, deve ser concedida nova vista às partes, para que se pronuncie sobre os cálculos, e, somente após a manifestação destas, é que poderá ser estipulado o "quantum" a ser executado, em sentença. Preliminar acolhida. Apelações prejudicadas.

Os embargos de declaração foram acolhidos, sem efeitos infringentes (fls. 616-620).

A recorrente em suas razões defende inicialmente que o acórdão recorrido "deve ser anulado porque violou o art. 535, II, do CPC/1973, ao manter a omissão existente no acórdão recorrido, mesmo diante da interposição de embargos de declaração" (fl. 625).

No mérito, alega infringência aos arts. 1º e 2º da Medida Provisória n. 1.704/1998 e 467, 474 e 741, VI do CPC/1973. Para tanto, sustenta que "não resta

dúvida pelas disposições legais transcritas, o percentual de 28,86% deverá ser deduzido dos acréscimos concedidos pela Lei n. 8.627/1993" (fl. 629).

Requer ao final o provimento do recurso a fim de que seja assegurado "à recorrente o direito de compensar o reajuste de 28,86% com os índices da Lei n. 8.627/1993, nos termos do que restou decidido no REsp 1.235.513/AL" (fl. 630).

Contrarrazões oferecidas às fls. 633-644.

Crivo positivo de admissibilidade à fl. 646.

É o relatório. Passo a decidir.

Historiam os autos que a sentença julgou procedentes, em parte, os embargos à execução interpostos pela então recorrente.

No recurso de apelação a Universidade sustentou, em preliminar, a nulidade da sentença, haja vista que o magistrado singular teria atribuído efeitos modificativos aos embargos de declaração opostos pelo sindicato (ADUFPB), sem que lhe fosse dado o direito às contrarrazões.

O Tribunal de origem acolheu a preliminar e julgou as apelações prejudicadas ao fundamento de que a decisão do juiz **"padece de iliquidez, porquanto não foram efetuados novos cálculos, tal como determinado na sentença que julgou os embargos de declaração. Ademais, deve ser concedida nova vista às partes, para que se pronuncie sobre os cálculos, e, somente após a manifestação destas, é que poderá ser estipulado o "quantum" a ser executado, em sentença. Preliminar acolhida. Apelações prejudicadas"**. (grifei)

Quanto à suscitada ofensa ao art. 535, II, do CPC, a recorrente limita-se a arguir que o Tribunal de origem não teria se manifestado acerca das questões deduzidas nos embargos de declaração opostos em face do acórdão recorrido, sem, contudo, indicar quais teriam sido as questões omitidas e a pertinência de manifestação para o deslinde da controvérsia, o que configura deficiência clara de fundamentação.

Consoante jurisprudência do STJ, a apresentação genérica de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento do recurso especial nessa parte. Corroborando com esse entendimento, cito o seguinte julgado:

[...]

**1. É deficiente a fundamentação do Recurso Especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão recorrido incorreu em omissão, contradição ou obscuridade. Aplica-se, na espécie, o óbice da Súmula 284/STF.**

5. Agravo Interno da Contribuinte a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.146.773/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 28/2/2019, grifei)

No mesmo sentido: AgInt no AREsp 739.451/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 26/3/2019; AgInt no REsp 1.763.042/CE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 21/3/2019; AgInt no REsp 1.600.833/PB, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 22/3/2019.

Acerca dos demais dispositivos legais tidos por violados (arts. 1º e 2º da Medida Provisória n. 1.704/1998 e 467, 474 e 741, VI do CPC/1973), constata-se a falta de prequestionamento da matéria suscitada, o que impede o conhecimento do recurso pelo teor da Súmula 211/STJ.

Por fim, cabe registrar a lição segundo a qual a fundamentação não transita em julgado, apenas o dispositivo. Precedente: EDcl no RESP n. 806.235/ES, Rel. Para

acórdão Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe: 19/12/2018. No caso concreto, os embargos de declaração opostos pela Universidade foram providos, "sem efeitos infringentes", levando-se à conclusão no sentido de que manteve-se íntegro o acórdão embargado que acolheu a preliminar na conclusão de que a decisão do juiz é ilíquida, "porquanto não foram efetuados novos cálculos, tal como determinado na sentença que julgou os embargos de declaração. Ademais, deve ser concedida nova vista às partes, para que se pronuncie sobre os cálculos, e, somente após a manifestação destas, é que poderá ser estipulado o "quantum" a ser executado, em sentença"). Dessa forma, denota a ausência de interesse recursal por parte da Universidade no presente feito.

Ante o exposto, **não** conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

